



(Do Sr. Geninho Zuliani)

O Congresso Nacional, no uso das suas atribuições, decreta:

“Art. 43.....

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal GENINHO ZULIANI
JUSTIFICATIVA

A motivação principal da presente proposição é permitir que o Juízo da execução da pena ou da medida alternativa de prestação pecuniária, desde que a vítima dê anuência, possa destinar a arrecadação do pagamento de pena pecuniária ao fundo gerido pelo CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao fundo gerido pelo CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, ou pelo CMDCA -Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, a depender da competência da justiça

Caberá aos Conselhos de Direitos aplicarem os valores auferidos nas políticas públicas em matérias voltadas às crianças e adolescentes, cujas áreas sejam consideradas prioritárias, conforme as necessidades específicas do Estado/Município, bem como dar a ampla publicidade às reuniões dos Conselhos e seus resultados, conforme preceitua o art. 260-1, do ECA.

Pretendemos com o referido Projeto de Lei, fomentar os Conselhos de Direitos para que sejam criadas efetivas políticas públicas voltadas para a infância e adolescência e assim, trabalharmos de forma articulada com as demais políticas setoriais.

Dessa forma, esperamos contar com o apoio dos nobres parlamentares a fim de ver aprovada a presente proposição.

Sala das Sessões, em de de 2019.

Geninho Zuliani
Deputado Federal - DEM/ SP